



CEAV/PE

CENTRO ESTADUAL DE APOIO ÀS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

NOVEMBRO 2014

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo descrever as atividades realizadas pela Equipe Técnica do CEAV/PE - Centro Estadual de Apoio às Vítimas da Violência de Pernambuco, no mês de novembro de 2014.

Diante da ampliação do conceito de vítima, o CEAV recebe a todos aqueles que procuram o serviço, mesmo que não sejam familiares diretos da vítima fatal, pois parte do princípio que o entorno é vitimado por uma ação violenta, agindo preventivamente contra a violência.

A metodologia utilizada é a de acolhimento e encaminhamento que pressupõe a visibilidade das vítimas indiretas, quanto aos seus direitos e seus sentimentos. O que é uma mudança de enfoque com respeito às práticas tradicionais da justiça, onde toda atenção está concentrada no réu, principalmente nos casos de homicídio e latrocínio, ou mesmo nas vítimas diretas.

Um dos aspectos mais importantes deste serviço é o seu caráter preventivo. Ao favorecer alternativas para a vivência do luto violento, reduzindo seus efeitos traumáticos, o atendimento busca contribuir para o rompimento de ciclos e códigos da violência existentes em muitas das famílias e comunidades atendidas, bem como a reestruturação e reorganização dessas famílias.

Atua também sobre o aspecto de reparação de uma violação já sofrida. Na medida em que o Estado falhou em garantir o direito, se responsabiliza em oferecer o serviço e encaminhar os familiares para outras políticas públicas e serviços necessários para cada caso, na perspectiva de possibilitar um diálogo, que abre espaço para a reconciliação em direção da história a serviço da reconstrução moral e política de pessoas e comunidades injustiçadas.

A política de reparação dentro de um contexto de transição é a perspectiva trabalhada pelo CEAV tanto com o atendimento aos anistiados políticos quanto aos familiares de vítimas de CVLI, que tem seus direitos humanos violados. Ao adotar esta

perspectiva o CEAV espera contribuir para um reparo adequado, efetivo do Estado, destinado a promover a justiça, saúde mental e acesso a política de assistência.

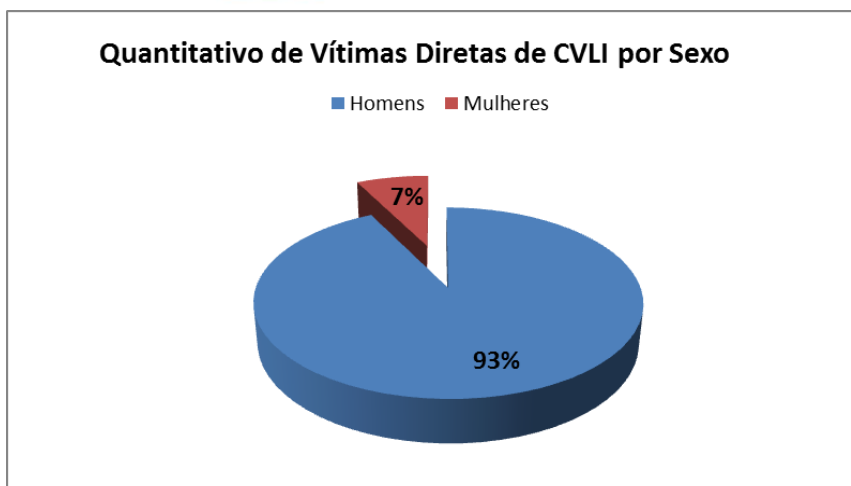
Na perspectiva do combate e reparação da violência e promoção da cidadania, a intervenção técnica é realizada no modelo interdisciplinar que busca os possíveis pontos de convergência entre as áreas de conhecimento, possibilitando uma relação de conceitos e métodos entre as ciências. A situação e o contexto de demanda apresentada pelo usuário são refletidos à luz dos saberes do Serviço Social, Psicologia e Direito, produzindo assim a melhor abordagem de ações reintegradoras da vítima possibilitando o acesso dos usuários as redes de serviços especializados. A articulação e encaminhamentos são realizados pela equipe técnica que ao mesmo tempo em que firma parcerias de viabilização às políticas públicas, potencializa a construção de novas políticas públicas, garantindo assim cidadania e o fortalecimento de uma cultura de Direitos Humanos, baseando-se no empoderamento do sujeito de direitos.

2. ATIVIDADES REALIZADAS:

2.1 - Atendimento, acompanhamentos e visitas as vítimas e familiares.

No que se refere ao quantitativo de atendimentos às vítimas de violência, a equipe técnica do CEAV realizou **07(sete) atendimentos referente a casos de violação de direitos**, sendo 03 (três) atendimentos referente a vítima do sexo feminino que atualmente encontra-se empregada e 04 (quatro) do sexo masculino.

Nosso foco prioritário de atendimento são os familiares de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, ou seja, as vítimas indiretas; traremos alguns dados das vítimas diretas para contextualizar o público que atendemos. No mês de Novembro de 2014 foram assassinadas 27 pessoas da Área Integrada de Segurança 6 - AIS 6 (Jaboatão dos Guararapes e Moreno), sendo 25 homens e 2 mulheres. Representados em percentual no gráfico abaixo:



É notório que a maior incidência de CVLI ainda se concentra no universo masculino, cujo principal motivo desses homicídios é o envolvimento com o tráfico de drogas. Na maioria dos casos o fator motivador é a complementação da renda ou até mesmo sua obtenção, face ao alto nível de desemprego na classe em que estas vítimas se inserem.

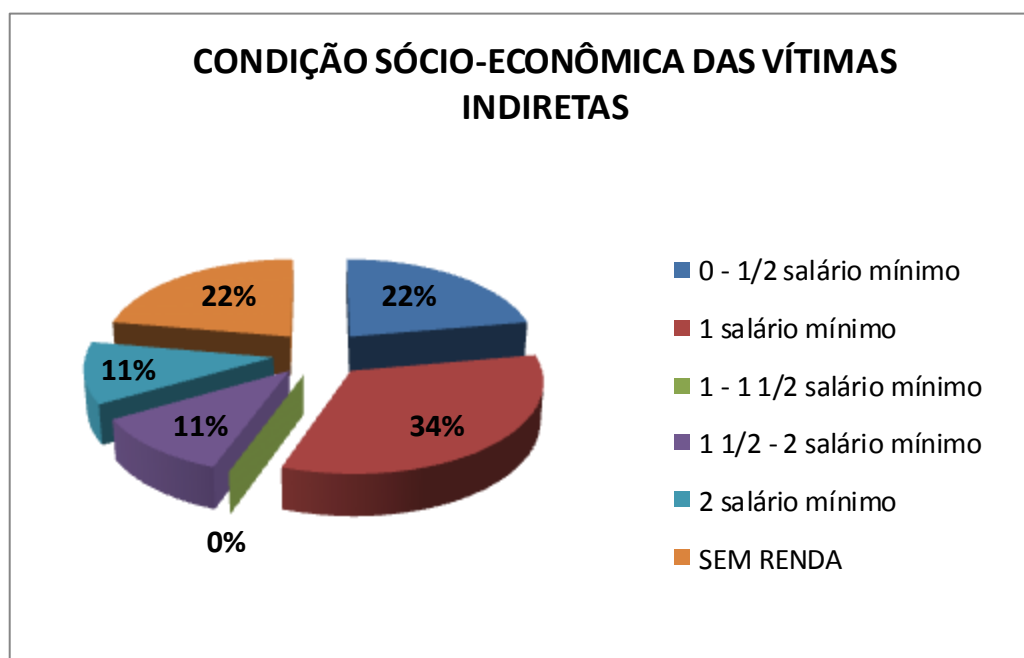
A partir dessa observação, vê-se a necessidade de ampliação de Políticas Públicas direcionadas à família em sua totalidade, facilitando a inclusão dos seus membros na escola, postos de saúde, espaços profissionalizantes, espaço de atendimento especializado como Centros de Atenção Psicossociais – CAPS, dentre outros.

Considerando essa realidade, houve no mês de novembro de 2014 na Área Integrada de Segurança 6 (Jaboatão dos Guararapes e Moreno) 27 homicídios. Perante esse total a equipe técnica do CEAV realizou **18 abordagens as famílias das vítimas diretas** de CVLI e os outros 09 não foi realizado contato, devido ao não fornecimento pela Infopol e IML, ou o número fornecido não corresponde. Esses casos foram repassados para o Governo Presente – Jaboatão, como acordado, para a localização destas famílias. Ademais, a equipe do CEAV atendeu 14 famílias, as outras 04 recusaram o atendimento.

Das 18 abordagens realizamos **14 atendimentos**, sendo 08 atendimentos no município de Jaboatão dos Guararapes, na residência da família e os outros 06 na

Região Metropolitana (Recife, São Lourenço e Olinda), onde atualmente essas famílias residem. Sendo apenas 1 vítima indireta do sexo masculino (pai) e 13 do sexo feminino (mães, irmãs, avós, companheiras). Além das abordagens aos casos da AIS 6, foram realizadas outras 28 abordagens a familiares de vítimas de CVLI da Região Metropolitana do Recife, que resultou em 14 atendimentos.

Das famílias atendidas no mês de novembro de 2014 a maioria, 34% tem renda mensal de 1 salário mínimo. Seguido dos que somam 22% dos atendidos que não tem renda fixa mensal e sobrevive com “bicos” e/ou trabalhos informais; também com 22% encontram-se as famílias atendidas que sobrevivem com até meio salário. Outro dado relevante é que muitas das famílias sem renda mensal fixa ou com renda de até meio salário mínimo participam de algum programa de transferência de renda (o mais citado é o Programa Bolsa Família). Abaixo segue um gráfico com o recorte da situação socioeconômica dos casos atendidos.



Sabe-se que a pobreza não implica em criminalidade/violência, mas existe uma forte associação entre a pobreza e a violência que é produzida pela criminalidade. A criminalidade é um fenômeno que perpassa por toda a sociedade, seus segmentos,

classes, faixas etárias, e, principalmente, o grau de integração social do indivíduo, independente da classe social ou a faixa de renda.

Assim sendo, a equipe técnica do CEAV realizou os seguintes encaminhamentos para os familiares supracitados: 01 caso encaminhado para rede de saúde (Hospital Agamenon Magalhães); 01 caso para o CREAS de São Lourenço; 01 caso encaminhado para o NAP – Núcleo de Apoio a Pessoa; 01 caso encaminhado para o INSS para acessar pensão por morte; e 02 encaminhamentos para Defensoria Pública do Estado e 08 casos em que não foram necessários encaminhamentos. Vale ressaltar que uma mesma vítima indireta pode ser encaminhada para mais de uma política.

Importante mencionar que o CEAV realizou no mês de novembro **14 atendimentos**, e que todos esses casos estão sendo acompanhados e monitorados pelo CEAV e, muitas abordagens da equipe são necessárias para que se consiga realizar o atendimento, assim como muitas delas não geram atendimento e/ou acompanhamento por recusa do familiar.

Com relação aos familiares de vítimas de CVLI ao longo do Estado, realizamos os seguintes encaminhamentos para os CREAS Regionais e Municipais, totalizando **232 (duzentos e trinta e dois) encaminhamentos**, assim distribuídos:

- 10 casos para o Agreste Meridional;
- 12 casos para o Agreste Setentrional;
- 38 casos para o Agreste Central;
- 22 casos para a Mata Norte;
- 35 casos para a Mata Sul;
- 90 casos para a Região Metropolitana, exceto Jaboatão dos Guararapes e Moreno, que compreendem a AIS 6;
- 1 caso para o Sertão Central;
- 3 casos para o Sertão do Moxotó;
- 6 casos para o Sertão de Itaparica;

- 5 casos para o Sertão do Araripe;
- 4 casos para o Sertão do Pajeú;
- 6 casos para o Sertão do São Francisco.

Por fim, cumpre destacar que esses casos são visitados pelas equipes do CREAS correspondente nos municípios onde aconteceram os CVLIs. Assim, o CREAS realiza os encaminhamentos para as políticas necessárias, e o CEAV faz o monitoramento dos atendimentos e encaminhamentos mensais, através de uma ficha de monitoramento e reuniões nas Semanas de Direitos Humanos.

2.2- Visitas institucionais

Realizada duas visitas institucionais no mês de novembro:

- Visita semanal ao IML para pegar dados e informações dos familiares de vítimas de CVLI;
- Visita ao Fórum do Recife para ver processo, mas ele havia sido transferido por solicitação do Juiz. Diante disso, foi dialogado sobre o caso com a servidora do local.

2.3 Participação em Reunião de Rede

Realizada três reuniões de rede no mês de novembro:

- Reunião na AMPARE - Associação dos Amigos dos Pacientes de Pânico em Recife com o objetivo de firmar uma parceria para acolhimento dos casos encaminhados pelo CEAV sem custos. A AMPARE funciona desde 2001 e foi idealizada por um médico pernambucano juntamente com um grupo de amigos portadores do transtorno do pânico, com a finalidade de "amparar" pessoas com pânico, com depressão, TOC, transtorno bipolar, hiperatividade, déficit de atenção, demais transtornos de ansiedade e do humor. Segundo a técnica responsável pela associação não é possível atender a demanda do CEAV sem custos, mas estabeleceu um valor simbólico de R\$

40,00 (quarenta reais). O público do CEAV, em sua maioria, não tem condição de pagar esse valor, por esse motivo ficou acordado com a responsável da associação, Sra. Ana Paula, que essa contraproposta será levada para coordenação, a fim de ser avaliada em reunião de equipe par ver a viabilidade em fechar essa parceria.

- Participação semanal da reunião do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida, para monitoramento das Áreas Integradas de Segurança – AIS;
- Reunião com todos os programas de atendimento a casos de violação de direitos humanos que compõe a SEJUDH e a defensoria publica para formalizar convênio para encaminhamentos e atendimentos dos casos

2.4 Clínica do Testemunho

04 casos em atendimento pela Clinica do Testemunho. Três dos casos atendidos na secretaria, sendo um caso atendido em seu domicilio devido à dificuldade de locomoção. Desses 04 casos foram gerados **08 oito atendimentos**.

2.4.1 Participação em Audiência Pública da Comissão da Memória e da Verdade

No mês de novembro participamos de duas audiências públicas da Comissão da memória e da verdade. Sendo elas:

Na primeira a equipe do CEAV, representada pela psicóloga Júlia Santos, compareceu à audiência pública à pedido da Comissão da Memória e Verdade de Pernambuco que iria ouvir o Sr. Aluísio, vítima de prisão e tortura do golpe militar, além de ter tido uma cunhada possivelmente assassinada juntamente com o esposo. A audiência teve como principal objetivo recolher, através do depoimento do Sr. Aluísio, mais informações sobre a morte da Sra. Miriam e do Sr. Luiz.

Foi feito um rápido atendimento ao Sr. Aluísio que falou do seu incomodo de relembrar o período dos acontecimentos e que, após sofrer um Acidente Vascular Cerebral – AVC se sente mais sensível, ficando mais emocionado.

Após o diálogo, o Sr. Aluísio foi chamado para depor e não necessitou de atendimento pós-depoimento.

Na segunda audiência participaram a coordenação e psicóloga do CEAV, e contou com a participação de membros da Comissão da Anistia. Essa audiência foi para entrega de documentos à Comissão da Memória e da Verdade e escuta de familiares de vítimas da ditadura.

2.5 Realização de cursos de formação sobre Violência e Direitos Humanos: “Repercussão do Crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado”.

OBJETIVO: O curso objetiva promover a integração das redes de Assistência Social e de Segurança Pública para o atendimento aos familiares de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, a partir dos princípios dos direitos humanos.

Para garantir este fluxo o CEAV desenvolveu um curso que versará sobre a metodologia de atendimento a estes familiares. Para tanto, ao compreender a necessidade de articulação das políticas públicas para prevenir e reparar situações de violência identifica como público prioritário para esta atividade os profissionais atuantes no âmbito da Segurança Pública e da Assistência Social.

Busca-se, contudo, estabelecer o diálogo entre as duas áreas e qualificar os atendimentos em situações de violência. O objetivo é incidir na formulação de políticas voltadas a esse público, bem como no fortalecimento do trabalho em rede, promovendo assim a compreensão da violência e a defesa dos Direitos Humanos.

METODOLOGIA: O curso foi dividido em 03 módulos, sendo o primeiro e segundo módulos trabalhados no primeiro dia e o terceiro módulo no dia seguinte. O primeiro

módulo apresenta os direitos humanos no Brasil e no mundo numa perspectiva crítico-reflexiva, tendo como base o princípio da dignidade humana partindo do histórico, princípios e características do tema. Neste módulo também é apresentado o Pacto Pela Vida e o Plano Estadual de Segurança Pública no que se refere ao planejamento na área de gestão governamental, tendo como base os princípios de direitos humanos. Trabalha também a articulação das políticas, sendo: direitos humanos, segurança pública e assistência social no Estado e como estas se articulam e dialogam com a política de reparação.

O segundo módulo trabalha o histórico sobre a violência, com objetivo de contextualizar o fenômeno e destacar aspectos centrais relacionados à desigualdade social, com vista à desconstrução da visão reducionista que relaciona pobreza e violência e impedem um entendimento mais amplo da questão. Ainda neste módulo apresenta-se o conceito de CVLI, os tipos e a discussão do panorama e repercussões de CVLI's estatisticamente contabilizados pela Segurança Pública de Pernambuco referente à Área Integrada de Segurança onde está acontecendo o curso.

O terceiro módulo faz uma introdução sobre o conceito e o histórico da vitimologia como ciência que analisa a vítima de uma forma global, trazendo novas perspectivas e olhares para quem sempre foi relegado a um segundo plano. Trata também da vítima numa perspectiva da valorização desta, seja direta ou indireta dentro da política de reparação e que há mecanismos legais que podem ser utilizados para minorar a vitimização acarretada pelo crime. Este módulo trabalha ainda as formas de atendimento, abordagens, empoderamento e encaminhamentos as vítimas indiretas de CVLI's vistos como sujeitos de direitos.

2.5.1 MUNICÍPIO: Salgueiro

LOCAL: Centro Vocacional Tecnológico

DATA DA AÇÃO: 04 e 05 de novembro de 2014

PÚBLICO: Técnicos dos CREAS municipais e do Regional, técnicos dos CRAS,

conselheiro tutelar, assistente social da área de saúde e de habitação; dos municípios de Salgueiro, São José do Belmonte, Cedro, Mirandiba e Terra Nova.

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 25 participantes

TEMPO DE DURAÇÃO: 16 horas.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: O grupo apresentou-se bastante participativo, porém disperso frente a uma grande necessidade de fala dos problemas de infraestrutura dos equipamentos. Houve grande esforço das facilitadoras para manter o foco das discussões no atendimento aos familiares de CVLI, questão que o grupo demonstrou compreender como importante. Porém, houve muitos questionamentos sobre a necessidade de garantir indenizações financeiras a essas vítimas, muito num contraponto ao auxílio-reclusão recebido pelos reclusos de liberdade. Outro aspecto a se considerar nesse grupo foi à tutela nos atendimentos, o que pode ser associado à grande quantidade de discursos sobre as frustrações do profissional: "Eu pensei que eu tinha feito o melhor por eles... a gente faz tudo, corre atrás e quando vê, é o desmantelo" (sic.), comentou uma participante. Foi de extrema importância refletir sobre o atendimento e o respeito ao desejo dos usuários, e que o técnico deve construir junto com ele os encaminhamentos e intervir no sentido de empoderá-lo sobre seus direitos.

2.5.2 MUNICÍPIO: Ouricuri

LOCAL: Gerência Regional de Saúde

DATA DA AÇÃO: 06 e 07 de novembro de 2014

PÚBLICO: Técnicos do CREAS Regional e Municipal, do CRAS e do Centro de Testagem e Acolhimento (HIV/Aids); dos municípios de Ouricuri e Granito.

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 16 participantes

TEMPO DE DURAÇÃO: 16 horas.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: O quantitativo de participantes foi bastante reduzido e o grupo predominantemente homogêneo (CREAS regional). As discussões pautaram-se nas experiências que os equipamentos apresentaram sobre os atendimentos aos familiares

de CVLI e evidenciaram compreensão da importância da política de reparação assim configurada. O grupo mencionou constantemente a realidade de impunidade da região e os crimes de vingança, característica essa que pode ser trabalhada nos atendimentos. Refletiu-se sobre a cultura da violência e a gestão violenta dos conflitos, bem como o silêncio imposto por essas relações e banalização do fenômeno da violência. Os técnicos também referiram à sub notificação de casos de CVLI da região, que o quantitativo encaminhado pelo CEAV não corresponde ao real do lugar. Destacaram ainda a existência de crimes cometidos por policiais. Apesar de ser um grupo pequeno foi bastante participativo.

2.5.3 MUNICÍPIO: Serra Talhada

LOCAL: CREAS municipal de Serra Talhada

DATA DA AÇÃO: 10 e 11 de novembro de 2014

PÚBLICO: Técnicos dos CREAS municipais e do Regional, técnicos dos CRAS, conselheiro tutelar, representante da Secretaria da Assistência Social e da Secretaria da Mulher, do Centro da Criança e Adolescente; Serra Talhada, Tabira, Calumbi, Ingazeira, Afogados de Ingazeira, Tuparetama, São José do Egito.

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 31 participantes

TEMPO DE DURAÇÃO: 16 horas.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: O perfil do grupo (bastante participativo) favoreceu à metodologia adotada. As experiências e questionamentos apontados pelo CREAS municipal de Serra Talhada e pelo CREAS regional marcaram aspecto diferencial no trabalho das temáticas - inclusive por referirem à prática do atendimento aos familiares de CVLI. Destacou-se a mobilização dos profissionais para fortalecer a rede e integralizar o atendimento, evitando a revitimização. Também foi ressaltado o desafio de promover direitos em municípios com poucos ou nenhum serviço de atendimento em saúde mental e casas de acolhimento para vítimas de violência ameaçadas. Disso trabalhou-se a articulação dos municípios com o CEAV para sensibilizar gestores e intensificar diálogos para evidenciar essas dificuldades. Os módulos mais teóricos, que a maioria dos grupos participa pouco e ver como a parte mais difícil do curso teve um diferencial nesse grupo. Esses módulos foram elogiados e foi bastante participativo.

2.5.4 MUNICÍPIO: Floresta

LOCAL: Escola Deputado Afonso Ferraz

DATA DA AÇÃO: 12 e 13 de novembro de 2014

PÚBLICO: Técnicos dos CREAS municipais e do Regional, técnicos dos CRAS, conselheiro tutelar, Agente Comunitário de Saúde, representante do Programa Atitude e da Secretaria da Mulher, do Centro da Criança e Adolescente; dos municípios de Floresta, Itacuruba, Petrolândia e Tacaratu.

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 31 participantes

TEMPO DE DURAÇÃO: 16 horas.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: O público participante apresentou-se pouco participativo ao longo do momento de formação, apesar dos estímulos das facilitadoras para o debate das questões trabalhadas. O grupo demonstrou resistência com as temáticas trabalhadas, inclusive, houveram menções de que os Direitos Humanos não faziam parte de seus cotidianos profissionais e apenas constituíam discursos. Diferente das experiências nos outros municípios, os profissionais não relataram casos de suas práticas, e questionaram parcamente a ausência de equipamentos para proteção de vítimas ameaçadas e a dificuldade de realizar atendimentos a pessoas violadas nas cidades pequenas, onde todos se conhecem. Tentou-se reforçar a importância da integração das políticas para garantir minimamente o atendimento aos familiares de vítimas de CVLI, bem como incitar a reflexão sobre o compromisso ético-político do profissional que trabalha com direitos violados.

2.5.5 MUNICÍPIO: Belo Jardim

LOCAL: Hotel Asa Branca

DATA DA AÇÃO: 18 e 19 de novembro de 2014

PÚBLICO: Técnicos do CREAS Regional e Municipal, do CRAS e da Secretaria de Ação e Desenvolvimento Social; dos municípios de Belo Jardim, Altinho, Pesqueira, Sanharó e Caruaru.

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 19 participantes

TEMPO DE DURAÇÃO: 16 horas.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: O grupo foi bastante participativo, ilustrando as discussões com casos práticos de acompanhamento de casos de familiares de vítimas de CVLI. Essa peculiaridade enriqueceu as discussões e foi o fio condutor do processo formativo, pois favoreceu à metodologia dialógica. Os participantes demonstraram-se bastante sensibilizados para realizar os atendimentos aos familiares de vítimas de CVLI e referiram à importância do compromisso dos profissionais que trabalham com violações de direitos para garantir a eficácia da política de reparação. Além disso, a integração da rede foi colocada como crucial para evitar a revitimização, sendo evidenciada a ausência no curso de representantes da Segurança Pública e de órgãos públicos (Poder Judiciário, Ministério Público). Destaca-se a avaliação positiva da metodologia e dos conteúdos, verbalizada pelo grupo durante todo o tempo de duração do curso.

2.6 Atividade na Jornada Estadual Dos Direitos Humanos

O CEAV realizou três cines debates com a exibição do curta produzido pelo Ministério da Justiça: “30 Anos da Anistia”, em: Petrolina, Garanhuns e Caruaru e dois seminários: “50 Anos do Golpe: em que avançamos?”.

2.6.1 Realização de Cine Debate: PETROLINA

Local: UPE Campus Petrolina

Data da ação: 20 de novembro de 2014

Público: Estudantes, professores da UPE e técnicos do Governo Presente de Petrolina

Número de participantes: 67 participantes

Tempo de duração: 04 horas.

Descrição da ação:

O Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência (CEAV) da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos durante a Jornada Estadual de Direitos

Humanos foi até o município de Petrolina no Sertão do São Francisco promover um Cine Debate com o curta metragem: “30 anos de Anistia”.

O Cine Debate foi realizado no dia 20 de novembro do corrente ano e faz parte das ações do projeto Clínica do Testemunho. O debate foi promovido no campus da UPE de Petrolina e contou com a presença de alunos e professores do curso de História, geografia e representantes do Governo Presente do Município. Teve como facilitadoras a Coordenadora do CEAV, Tadzia Negromonte, e as docentes do curso de História, Janaína Guimarães e Márcia Galvão de Souza, esta última especialista na temática.

Essa ação teve como premissa levar ao público em geral e à academia discursões acerca das políticas de reparação implantadas pelo Estado como uma das consequências do processo de redemocratização do país, dentre essas a Clínica do Testemunho, o seu papel e importância como política de reparação.

A Coordenadora do CEAV iniciou os trabalhos e fez as apresentações do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência – CEAV, da proposta do Cine Debate e também apresentou as docentes que iriam facilitar os debates. Falou das características essenciais do golpe militar de 1964 que instaurou no Brasil um sistema de poder arbitrário que favoreceu e permitiu muitas espécies de violências e torturas aos que eram contra esse sistema, além de ter sido amplamente favorável à corrupção. Esclareceu também sobre o aumento das prisões arbitrárias, as práticas de tortura, os desaparecimentos de pessoas, as invasões de domicílios e as cassações de direitos sem possibilidade de recursos para obter simples esclarecimentos sobre os motivos da punição. Tudo isso ocorrido desde a substituição do Presidente da República, João Goulart “Jango”, por uma junta militar, em 1º de Abril de 1964.

Após a apresentação da Coordenadora do CEAV, a professora Janaína Guimarães trouxe a relevada importância dos fatores históricos desse episódio que não são parte da grade curricular do ensino regular nacional, promovendo com isso um desconhecimento total dos jovens brasileiros do período de 21 anos (1964 a 1985) da ditadura militar, sendo o conhecimento desses fatos de suma importância para a população, fazendo com que nunca mais o poder arbitrário, a violência contra pessoas e instituições possa prevalecer ante a liberdade e a democracia. Trouxe também a experiência de seu avô que foi torturado nesse período e do quanto ele ainda revive tais fatos em algumas experiências nos dias de hoje. Ainda em sua fala, questionou a Lei da Anistia que na ânsia de sua aprovação recebeu modificações feitas para

beneficiar além das vítimas do golpe militar, militares responsáveis por torturas, mortes e desaparecimentos de opositores do regime.

Após as apresentações foi exibido o curta metragem “Os 30 anos da Anistia” produzido pelo Ministério da Justiça que exibiu de maneira sucinta a tomada de governo de João Goulart até o retorno dos anistiados ao país.

Em sua contribuição, a professora Márcia Galvão de Souza acrescentou detalhes de como ocorreu o golpe militar e dos movimentos socioculturais e políticos de combate à arbitrariedade da ditadura. Falou que, com o receio da direita política do país, em se instalar no Brasil o comunismo e os ideais de reforma agrária de Jango, os opositores articularam uma passeata intitulada “Marcha da família com Deus pela Liberdade”. O movimento era de base religiosa e tinha como objetivo envolver o povo no combate ao comunismo. Assim, a religião, o povo e o interesse norte-americano (devido ao temor de bloqueios as empresas americanas no Brasil e ao medo do país se tornar uma “nova Cuba”) formavam a sustentação que permitiria o golpe contra o governo do presidente e a entrega do país aos militares. O movimento impediria tentativas de implantação de uma política comunista no Brasil e o regime, que tomara o poder através de um golpe, se estabeleceria sobre bases legais, porém autoritárias. Lembrou do DOI-CODI (**Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna**) que era o departamento responsável pelas torturas e desaparecimentos de centenas de pessoas que eram vistas como ameaça ao regime e governo militar. Ainda em um discurso bastante envolvente, Márcia apresentou seu marido, o ator e também professor de História, Paulo Henrique Rios de Melo, que antes mesmo de sua apresentação leu um poema extraído do Livro “Inventário de Cicatrizes” de Alex Polari intitulado “Os Primeiros Tempos da Tortura” que falava sobre os horrores da ditadura militar.

“Não era mole aqueles dias de percorrer de capuz a distância da cela à câmara de tortura e nela ser capaz de dar urros tão feios como nunca ouvi.

Havia dias que as piruetas no pau-de-arara pareciam ridículas e humilhantes e nus, ainda éramos capazes de corar ante as piadas sádicas dos carrascos.

Havia dias em que todas as perspectivas eram prá lá de negras e todas as expectativas se resumiam à esperança algo cética de não tomar porradas nem choques elétricos.

Havia outros momentos em que as horas se consumiam à espera do ferrolho da porta que conduzia às mãos dos especialistas em nossa agonia.

Houve ainda períodos em que a única preocupação possível era ter papel higiênico comer alguma coisa com algum talher saber o nome do carcereiro de dia ficar na expectativa da primeira visita o que valia como um aval da vida um carimbo de sobrevivente e um status de prisioneiro político.

Depois a situação foi melhorando e foi possível até sofrer ter angústia, ler amar, ter ciúmes e todas essas outras bobagens amenas que aí fora reputamos como experiências cruciais”.

Paulo também falou de sua peça teatral que tem o tema da ditadura militar e relembrou pessoas mortas nesse período que são lembradas como heróis ou mártires pela luta contra o regime ditatorial, reestabelecimento da democracia e liberdade de expressão. Pessoas como o Deputado Federal Carlos Marighella, o Capitão do Exército que desertou ao cargo assumindo a resistência à ditadura Carlos Lamarca e o Jornalista Vladimir Herzog, torturado até a morte sob a falsa acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro-PCB.

Em tempo, Márcia falou sobre um trabalho acadêmico realizado por seus alunos do ensino médio sobre a história de vida do Sr. João Gondim que deu origem ao vídeo intitulado “João Não Pode Ser Ninguém” de autoria dos alunos e pediu permissão aos presentes para que o mesmo fosse exibido, o que aceito por todos. João Gondim é um morador ribeirinho do São Francisco que foi preso e torturado por sete anos para delatar colegas. Ele fala, no vídeo, da sua experiência e da conjuntura política do Brasil no regime ditatorial.

Márcia Galvão retomou o debate que foi bastante rico em troca de informações e reforçou os depoimentos prestados pelo Sr. João Gondim. Nesse sentido, alunos e professores presentes debateram de forma firme e esclarecedora acerca das consequências que até hoje existem pela dilaceração de direitos básicos civis, físicos e psicológicos das vítimas diretas e indiretas deste ocorrido. Foi lembrado por um professor que estava debatendo o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que se sobrepunha à Constituição Federal, bem como às Constituições Estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais. Lembrou-se também que a partir deste AI-5 os movimentos populares tomaram mais força para derrubar o regime ditatorial. Professora Márcia disse que

nesse momento a Lei da Anistia tomou força para sua aprovação, porém, ela seria uma das leis mais polêmicas até hoje muito discutida, isso porque para alguns ela foi o marco para o fim da Ditadura, para outros, uma proteção para os torturadores.

Um aluno, que também é policial, trouxe para o debate a reflexão de que as pessoas tem uma visão equivocada sobre o que é punição e ressocialização, querendo “castigar” o cidadão que comete crimes/delitos de maneira a tirar dele direitos básicos e colocá-los em ambientes insalubres, fazendo dele um sujeito pior do que ele estava no momento em que se deu o crime. O militar falou que acredita que isso é uma herança dos tempos ditatoriais e acredita que essa realidade pode mudar.

A cada discurso, pontos de vista foram debatidos e eram sempre seguidos de aplausos, vindo do entusiasmo das pessoas que presenciavam o exercício da cidadania ali praticado em um tema que foi tão excludente de liberdade. Estiveram presentes 67 (sessenta e sete) pessoas entre alunos e professores e falas de agradecimento pela iniciativa do Cine Debate foram constantes. Por fim, representantes do Governo Presente pediram a fala para enaltecer a importância do debate do tema e agradeceram aos demais presentes pela participação no evento. Um lanche foi servido para que todos conversassem mais um pouco de maneira informal e a atividade foi encerrada.

2.6.2 Realização de Cine Debate: Garanhuns

Local: UPE Campus Garanhuns

Data da ação: 25 de novembro de 2014

Público: estudantes e docentes da UPE

Número de participantes: 48 participantes

Tempo de duração: 04 horas.

Descrição da ação:

O Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência (CEAV) da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos durante a Jornada Estadual de Direitos Humanos foi até o município de Garanhuns promover um Cine Debate com o curta metragem: “30 anos de Anistia”.

O Cine Debate foi realizado no dia 25 de novembro do corrente ano e faz parte das ações do projeto Clínica do Testemunho. O debate foi promovido no campus da

UPE de Garanhuns e contou com a presença de alunos e professores do curso de História. Teve como facilitadoras a Coordenadora do CEAV, Tadzia Negromonte, a docente do curso de História, Maria Lana e de Marcelo Santa Cruz vereador de Olinda e ativista da área dos Direitos Humanos.

Essa ação teve como premissa levar ao público em geral e à academia discursões acerca das políticas de reparação implantadas pelo Estado como uma das consequências do processo de redemocratização do país, dentre essas a Clínica do Testemunho, o seu papel e importância como política de reparação.

A Coordenadora do CEAV iniciou os trabalhos e fez as apresentações do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência – CEAV, da proposta do Cine Debate, bem como transcorreu a respeito da Clínica do Testemunho, política de reparação na ordem da saúde mental em parceria com a Comissão da Anistia. Falou das características essenciais do golpe militar de 1964 que instaurou no Brasil um sistema de poder arbitrário que favoreceu e permitiu muitas espécies de violências e torturas aos que eram contra esse sistema, além de ter sido amplamente favorável à corrupção.

Após a apresentação da Coordenadora do CEAV, a professora Maria Lana trouxe a relevada importância dos fatores históricos desse episódio, bem como falou de sua experiência com os arquivos do DOI CODI. Logo em seguida Marcelo Santa Cruz falou da Lei da Anistia, seus entraves e avanços políticos, bem como trouxe sua experiência como um ex-perseguido e exilado político. Na oportunidade, transcorreu a respeito da atuação política de sua família na época do Golpe e dos seus irmãos, um desaparecido político e a outra presa duas vezes e barbaramente torturada.

Apesar da relevância do tema, o evento contou com algum atraso para iniciar devido à falta de articulação da professora Maria Lana com a instituição. Apesar da dificuldade, o público participou ativamente do debate, com rica troca de ideias e importantes discussões.

2.6.3 Realização de Cine Debate: Caruaru

Local: ASCES de Caruaru

Data da ação: 26 de novembro de 2014

Público: estudantes e docentes

Número de participantes: 45 participantes

Tempo de duração: 04 horas.

Descrição da ação:

O Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência (CEAV) da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos durante a Jornada Estadual de Direitos Humanos foi até o município de Caruaru promover um Cine Debate com o curta metragem: “30 anos de Anistia”.

O Cine Debate foi realizado no dia 26 de novembro do corrente ano e faz parte das ações do projeto Clínica do Testemunho. O debate foi promovido no campus da ASCES e contou com a presença de alunos e professores do curso de direito. Teve como facilitadoras a Coordenadora do CEAV, Tadzia Negromonte, o docente do curso de direito, Émerson de Assis, da doutora em história pela UFRPE, Marcília Gama e de Marcelo Santa Cruz vereador de Olinda e ativista da área dos Direitos Humanos.

Apesar da relevância do tema e de toda articulação realizada pela equipe do CEAV junto a Universidade e docentes do local, o evento contou com atraso para iniciar devido à falta de articulação da instituição de ensino com o corpo docente e discente. Não tivemos a participação ativa do público presente.

A equipe do CEAV avalia, desta forma, a importância de, em futuros eventos no agreste do Estado, que a própria equipe possa fazer a articulação com o público *in loco*, se deslocando até o local do evento para articular diretamente com os parceiros evitando, desta forma, possíveis transtornos.

A ação teve a mesma premissa das demais que foi levar ao público em geral e à academia discursões acerca dos 30 Anos da Anistia, das políticas de reparação implantadas pelo Estado como uma das consequências do processo de redemocratização do país, dentre essas a Clínica do Testemunho, o seu papel e importância como política de reparação.

Mais uma vez, a Coordenadora do CEAV iniciou os trabalhos e fez as apresentações do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência – CEAV, da proposta do Cine Debate, bem como transcorreu a respeito da Clínica do Testemunho, política de reparação na ordem da saúde mental em parceria com a Comissão da Anistia.

Após a apresentação da Coordenadora do CEAV, a professora Marcília Gama trouxe a relevada importância dos fatores históricos desse episódio, bem como falou de sua experiência com os arquivos do DOI CODI, que desde o princípio foi ela que catalogou e organizou por ser funcionária do TRT, o que a possibilitou um grande conhecimento da época. Logo em seguida Marcelo Santa Cruz falou da Lei da Anistia, seus entraves e avanços políticos, bem como trouxe sua experiência como um ex-perseguido e exilado político. Na oportunidade, transcorreu a respeito da atuação política de sua família na época do Golpe e dos seus irmãos, um desaparecido político e a outra presa por duas vezes e barbaramente torturada.

2.6.4 Realização do Seminário “50 Anos do Golpe Civil Militar no Brasil: em que avançamos?”

Local: UPE Campus Garanhuns

Data da ação: 25 de novembro de 2014

Público: estudantes e docentes da UPE

Número de participantes: 13 participantes

Tempo de duração: 04 horas (18h às 22h).

Descrição da ação:

O evento foi realizado no dia 25 de novembro de 2014, no campus da UPE, localizada na rua Cap. Pedro Rodrigues, 105, São José, no Município de Garanhuns. O evento contou com a participação da representante da Instituição de Ensino Superior, a professora e historiadora Maria Lana, do militante em direitos humanos, o Vereador Marcelo Santa Cruz e da coordenação do CEAV, Tadzia Negromonte.



O seminário teve como objetivo discutir o golpe militar de 1964, suas consequências e repercussões atuais. O palestrante Marcelo Santa Cruz apresentou um documentário editado pela sua irmã Rosalinda Santa Cruz, perseguida e torturada pelos militares golpistas de 64, trazendo histórias de perseguidos políticos que foram molestados em sua dignidade psíquica e física, com ênfase no desaparecimento de seu irmão Fernando Santa Cruz, morto “pela” ditadura dos militares.

Já a Professora Maria Lana trouxe seu conhecimento a respeito do tema, resgatando informações importantes e pouco conhecidas sobre o período denominado “anos de chumbo”.

Houve pontos que precisarão ser revistos para os seminários que estão por vir. O evento de Garanhuns sofreu, por exemplo, atraso significativo devido à falta de articulação da professora responsável por nos receber e por contribuir de forma direta com o evento; a pensada articulação não existiu, o que resultou em um auditório com apenas 13 participantes, dentre eles professores da “casa” poucos discentes dos cursos de História e Geografia. Como dito, faltou diálogo prévio entre a Professora Maria Lana, que havia se comprometido com a divulgação do evento no local e o corpo discente/docente da UPE/Garanhuns. No mais, o seminário foi bastante proveitoso do ponto de vista daquilo que fora debatido.

Por fim, a coordenação do CEAV avalia, desta forma, a importância de, em futuros eventos no Agreste do Estado, que a própria equipe possa fazer a articulação com o público in loco, se deslocando até o local do evento para articular diretamente com os parceiros evitando, desta forma, possíveis transtornos.



2.6.5 Realização do Seminário “50 Anos do Golpe Civil Militar no Brasil: em que avançamos?”

Local: ASCES de Caruaru

Data da ação: 26 de novembro de 2014

Público: estudantes, docentes e profissionais da rede parceira: Creas, Cras, CRDH, Atitude, dentre outros.

Número de participantes: 16 participantes

Tempo de duração: 04 horas (18h às 22h).

Descrição da ação:

O evento foi realizado no dia 26 de novembro de 2014, no campus IV da ASCES, localizado na Av. Portugal, 584, Bairro Universitário, no Município de Caruaru. O evento contou com a participação do representante da Instituição de Ensino Superior, o Professor do curso de Direito Emerson de Assis, da Professora de História da UFRPE Marcília Gama, do militante em Direitos Humanos, Vereador Marcelo Santa Cruz e da coordenadora do CEAV, Tadzia Negromonte.

O seminário teve como objetivo discutir o golpe civil militar de 1964, suas consequências e repercussões atuais. O Seminário deu início com a coordenadora do CEAV fazendo uma explanação do seminário e da atividade da Jornada de Direitos Humanos, que tem por objetivo regionalizar a discussão de Direitos Humanos em Pernambuco junto à população. Na oportunidade, transcorreu de forma minuciosa a respeito da Clínica do Testemunho – política de reparação na ordem da saúde mental da Comissão da Anistia, que também é executada pelo CEAV.

O palestrante Marcelo Santa Cruz apresentou um documentário editado pela sua irmã Rosalinda Santa Cruz, perseguida e torturada pelos militares golpistas de 64, trazendo histórias de perseguidos políticos que foram molestados em sua dignidade psíquica e física, com ênfase no desaparecimento de seu irmão Fernando Santa Cruz, morto “pela” ditadura dos militares.

Cada um dos convidados trouxe suas experiências acadêmicas para o diálogo, que contou com a participação do público ao seu final. A professora Marcília Gama trouxe sua larga experiência como pesquisadora e historiadora, relatando as atrocidades encontradas nos arquivos do DOPS que teve contato quando de seus estudos para o doutorado. O Professor da “casa”, Émerson de Assis, contribuiu expondo seus profundos e densos estudos sobre a Justiça de Transição, tema do qual é mestre.

Quanto aos pontos negativos, o seminário sofreu um atraso significativo devido à falta de articulação da instituição com o corpo docente e discente, além da dificuldade das redes em enviar seus colaboradores.

A equipe do CEAV avalia, desta forma, a importância de, em futuros eventos no agreste do Estado, que a própria equipe possa fazer a articulação com o público *in loco*, se deslocando até o local do evento para articular diretamente com os parceiros evitando, desta forma, possíveis transtornos.

É o relatório

Tadzia Assunção Negromonte de Oliveira

Coordenadora do Centro Estadual de Apoio as Vítimas da Violência - CEAV

Manassés Manoel dos Santos

Diretor Presidente

Recife, 19 de dezembro de 2014.

ANEXOS:

**ANEXO 1: realização de cursos de formação sobre Violência e Direitos Humanos:
“Repercussão do Crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado”.**

- Salgueiro



- **OURICURI**



- **SERRA TALHADA**

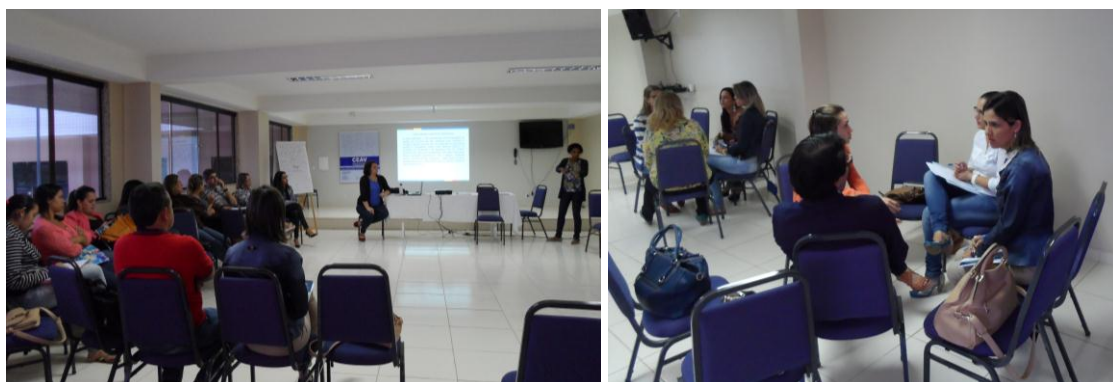
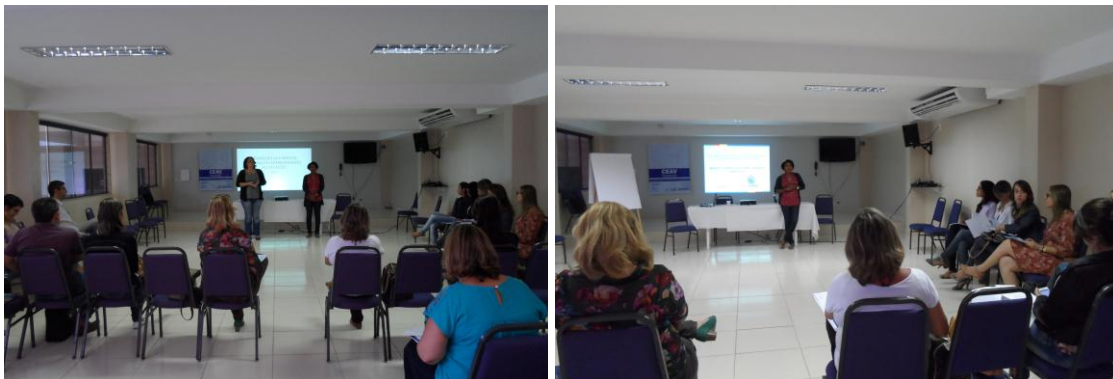




- FLORESTA



- **BELO JARDIM**



ANEXO 2 – Cine Debate: exibição do curta “30 Anos da Anistia”

- **PETROLINA**



Márcia Galvão de Souza, Janaína Guimarães e Tadzia Negromonte.



Aluno do curso de História
(representante do DCE)



Professor de História



Militar aluno do curso de História

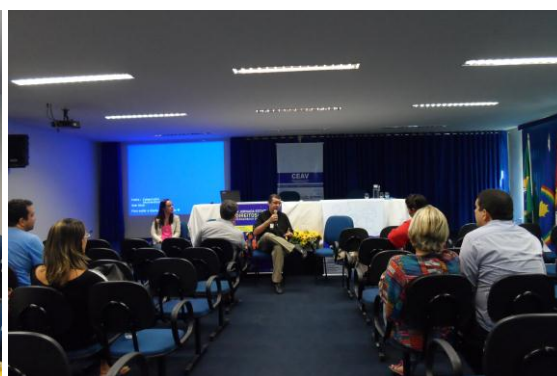


Equipe do Governo Presente

- **GARANHUNS**



- **CARUARU**



ANEXO 3 – Seminário “50 Anos da Anistia: Em que avançamos?”

- **GARANHUNS**



- **CARUARU**







ANEXO 4: Ata do curso: Repercussão do crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado” na cidade de Salgueiro.



ANEXO 5: Ata do curso: Repercussão do crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado” na cidade de Ouricuri



ANEXO 6: Ata do curso: Repercussão do crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado” na cidade de Serra Talhada



ANEXO 7: Ata do curso: Repercussão do crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado” na cidade de Floresta



ANEXO 8: Ata do curso: Repercussão do crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado” na cidade de Belo Jardim



ANEXO 9: Ata do cine debate na cidade de Petrolina



ANEXO 10: Ata do cine debate na cidade de Garanhuns



ANEXO 11: Ata do cine debate na cidade de Caruaru



ANEXO 12: Ata do Seminário da cidade de Garanhuns



ANEXO 13: Ata do Seminário da cidade de Caruaru



ANEXO 14: Fichas de abordagens e atendimentos